

ACTAS

Ata nº 50 (cinquenta)

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano dois mil e doze, pelas quinze horas, na Avenida Defensores de Chaves, nº 6, 5.º andar, em Lisboa, por indisponibilidade da sede para o efeito, reuniu a Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, com sede na Rua Laura Alves, n.º 4, em Lisboa, encontrando-se presentes todos os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de

Administração, bem como o Fiscal Único, Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Professor Doutor Victor Domingos Seabra Franco.-----

O acionista único, Estado Português, encontrava-se representado pelo Subdiretor Geral do Tesouro e Finanças, Dr. Pedro Miguel Nascimento Ventura, nos termos do despacho de 29 de Maio de 2012 da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças.-----

O Presidente da Mesa verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos para que foi regularmente convocada, nos termos da lei e dos Estatutos.-----

Declarando aberta a sessão, o Presidente da Mesa saudou todos os presentes e procedeu de seguida à leitura da ordem de trabalhos:-----

“1.º Deliberar sobre o Relatório, que inclui o caderno financeiro e o relatório do governo da sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;-----

2.º Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;-----

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;-----

4.º Deliberar sobre a avaliação do cumprimento das orientações fixadas para o Setor Empresarial do Estado;-----

5.º Deliberar sobre a política remuneratória relativa aos órgãos sociais para 2012;-----

6.º Eleição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral para completar o mandato 2010/2012.”-----

Relativamente ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, o qual começou por evidenciar que o Resultado de 2011 reflete as vicissitudes do ano de 2011 e é muito fruto da evolução da cotação dos ativos da Sociedade.-----

No conjunto, o resultado consolidado, na parte atribuível à Parpública, é ligeiramente inferior ao do ano transato e é essencialmente devido à redução do valor dos resultados das participadas TAP e GALP e ao aumento da parcela dos resultados do Grupo AdP imputável a interesses minoritários.-----

O resultado individual (negativo em cerca de 16 milhões de euros) é, em muito, fruto da redução dos valores dos ativos imobiliários, da evolução negativa das cotações das

ACTAS

Folha

37

participadas cotadas, do acréscimo de prejuízos da TAP, SGPS, e basicamente não incorpora o resultado da venda da EDP, assinada em 30 de dezembro de 2011.----- Aliás, não podia deixar de referir que, se este valor tivesse sido incluído, o resultado seria positivo.-----

Relativamente ao ano de 2012, há a considerar as operações de privatização da TAP e da ANA e o estabelecimento de um plano para o eventual *phasing out* da Parpública.--- Sob este aspeto, o Presidente do CA fez questão de referir que, ao fim de 12 anos da evolução da Parpública, esta terá entregue ao Estado cerca de 11 mil milhões de euros (receitas de privatização, dividendos, ...), perante um valor da respetiva dívida de cerca de 5,6 mil milhões de euros e de um ativo de 8,6 mil milhões de euros.-----

Quanto ao futuro da empresa, e muito especialmente sobre o eventual *phasing out*, elencou como principais preocupações a proteção dos credores e dos *bond holders*, e o respetivo impacto nas contas públicas. Em termos de participadas, merecem especial atenção o Grupo Sagestamo (reestruturação dos seus capitais), a TAP, a Companhia das Lezírias e outras de natureza e dimensão completamente diferente como sejam o Circuito do Estoril e a Sociedade Mineira da LuKapa.-----

No ano de 2012, a Parpública está a conseguir honrar os seus compromissos, mas regista-se a necessidade de uma especial atenção à relação bancária com o Banco Santander, derivada da emissão de papel comercial, bem como à questão das obrigações permutáveis da EDP, com exercício possível da cláusula de amortização antecipada por iniciativa dos investidores (*put option*) em dezembro de 2012.-----

Dada a palavra à Senhora Presidente da Comissão de Auditoria, a mesma referiu que acompanhou as atividades da empresa, tendo solicitado e obtido todos os esclarecimentos pretendidos, quer por parte da comissão executiva quer por parte do ROC. No exercício foi criado o Manual de Procedimentos e realizados trabalhos de auditoria interna a participadas, tendo as recomendações sido acolhidas. Aproveitou ainda para referir que comunga das preocupações do Presidente do CA quanto ao problema da continuidade da empresa.-----

Nessa sequência, o Presidente do CA declarou não poder deixar de sublinhar o trabalho da auditoria como um elemento precioso de apoio à gestão.-----

Por sua vez, o Presidente da Comissão de Avaliação referiu nada ter a acrescentar ao que vem desenvolvido nos documentos de prestação de contas, realçando que, no

contexto atual, a avaliação incide fundamentalmente na verificação da legalidade.-----
O Revisor Oficial de Contas começou por salientar o esforço enorme do CA e dos demais Serviços da empresa para conseguir o encerramento de contas até ao final do mês de maio, prosseguindo que, do ponto de vista técnico, deve igualmente ser salientado o problema da continuidade/incerteza quanto ao eventual *phasing out* da Sociedade, conforme está evidenciado na Certificação Legal das Contas.-----

Ninguém mais se tendo querido pronunciar, o Presidente da Mesa solicitou a votação do representante do acionista Estado, o qual votou favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas separadas e consolidadas do exercício de 2011, preparadas de harmonia com as normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, atentas as ênfases expressas nas Certificações Legais das Contas Separadas e Consolidadas e o parecer do órgão de fiscalização.-----

Quanto ao **ponto 2 da convocatória**, o representante do acionista único, Estado Português, propôs e votou favoravelmente que, nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, sejam aplicados 16.838.393,69 € (dezasseis milhões oitocentos e trinta e oito mil trezentos e noventa e três euros e sessenta e nove cêntimos) de resultados transitados na cobertura do resultado líquido negativo do período (-16.838.393,69 €), apresentado nas demonstrações financeiras separadas do ano findo em 31 de dezembro de 2011.-----

No que respeita ao **ponto 3 da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado propôs e votou favoravelmente votos de confiança no Conselho de Administração, e em cada um dos seus membros, bem como no Revisor Oficial de Contas.-----

Relativamente ao **ponto 4 da convocatória**, o representante do Estado propôs e votou favoravelmente que seja reconhecido, em termos gerais, o cumprimento das orientações que decorrem dos princípios básicos de interesse público e das medidas de política económica e orçamental que enquadram a atividade da sociedade.-----

No que concerne ao **ponto 5 da ordem de trabalhos**, o representante do acionista propôs e votou favoravelmente que a deliberação sobre política remuneratória dos membros dos órgãos sociais para 2012 seja tomada quando for possível definir

ACTAS

Folha 38

integralmente o estatuto remuneratório dos membros executivos do Conselho de Administração.-----

Quanto ao **ponto 6 da convocatória**, o representante do acionista Estado propôs e votou favoravelmente a eleição da licenciada Elsa Maria Roncon Santos para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral para completar o mandato 2010-2012, por renúncia do atual titular.-----

Assim, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou ter-se sentido muito honrado pelo exercício deste cargo, dando, de seguida, por encerrada a reunião, por volta das dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente



Pedro Rodrigues Felício

O Vice-Presidente



Bernardo Xavier Alabaça

A Secretária



Maria Luisa Rilho